

OS TEXTEIS NO PORTUGAL DOS SÉCULOS XV E XVI (*)

Falar da indústria nos séculos XV e XVI é falar da acção dos mestrais, embrião de uma realidade que para nós só por oitocentos corresponderá seguramente àquele termo ⁽¹⁾.

(*) Trabalho iniciado no âmbito do seminário de «Geografia Industrial», orientado pelo Prof. CARLOS ALBERTO MEDEIROS em 1980/1981, na Faculdade de Letras de Lisboa.

⁽¹⁾ O grande e valioso contributo para a história desse sector de actividade, e para essa época em Portugal, continua a ser o conjunto de estudos que SOUSA VITERBO publicou pelo princípio do século (v. bibl.). Sobre a lã, o linho e a seda existem algumas mas desiguais leituras que privilegiam ora aspectos etnográficos, ora aspectos sócio-económicos. A informação há que completá-la com o existente sobre questões sociais ou económicas para a época: comércio, economia agro-pastoril, estrutura e características dos sectores de actividade, minorias étnicas, etc. Final-

A história dessa actividade, nos 200 anos de nascimento e ocaso de um império, será um lento caminhar que factores externos influenciam por vezes com alguma força. Há que reter do mundo quatrocentista a dimensão dos fenómenos, o seu isolamento e distribuição espacial. Continuará a produzir-se medievalmente para autoconsumo e bastará pensarmos em áreas rurais-núcleos urbanos nos séculos XV e XVI, para calcularmos da vastidão das primeiras, da pequenez dos segundos e, sobretudo, da pouca ligação entre umas e outros.

Evocar a dimensão dos fenómenos é perguntar qual a importância da contratação de um casal de sevilhanos em 1452 para a indústria da seda em Évora; se eram suficientes para abastecer o mercado regional os «muitos buréis e panos que se faziam no termo de Beja para a gente de trabalho», em 1490 ⁽²⁾; quantos teares produziram os «panos de Alcobaga», em 1544 ⁽³⁾. A ponderação de cada núcleo industrial há que acrescentar-se a das poucas iniciativas «estimulantes» que se conhecem, por parte da coroa ou da nobreza, a maioria das vezes pontuais e só localmente acatadas se de realização possível.

A produção têxtil do século XV localiza-se prioritariamente, e *grosso modo*, em função da matéria-prima sobrevivendo em função dos mercados. A eleição do *sítio* no estabelecimento de cada núcleo depende não só da proximidade da matéria-prima, da *posição* nos circuitos comerciais e da existência de mão-de-obra, mas também, e muito fortemente, da presença e facilidade na obtenção de água, indispensável nas diversas fases de transformação (da lavagem à tintura) e na produção de energia motora.

O isolamento e disseminação geográfica dos núcleos que se distribuem pelo interior do país, de Trás-os-Montes ao Alto Alentejo atestarão, pela dificuldade do escoamento dos bens produzidos, a dimensão das iniciativas e o funcionamento distinto do sector secundário urbano e do secundário rural, quer no fornecimento de matéria-prima e na especialização dos artefices, quer nos mercados consumidores e nos capitais.

A maioria dos artefices desse «primitivo» sector secundário é-o a tempo parcial. A ligação à agricultura ou ao comércio (ou a ambos) terá a ver com o lugar que cada um ocupa no campo ou na cidade.

mente, as monografias dos principais centros industriais fornecem mais algumas valiosas achegas. A mais recente análise (ainda que breve) da indústria têxtil nos séculos XV e XVI, em Portugal, deve-se a LUIS FARINHA, *Subsídios para a caracterização da indústria têxtil em Portugal nos séculos XV e XVI* (1978), onde se colige e se apresenta documentação inédita sobre o tema (em especial a existente na Torre do Tombo) mas se parece esquecer o contributo de LÓCIO DE AZEVEDO, de ESTEVES PEREIRA e sobretudo de SOUSA VITERBO. A nossa tentativa, reunindo essa outra informação, é tão só um complemento à leitura geográfica que aí se ensaia sobre a repartição dos núcleos da indústria têxtil em Portugal, nos séculos XV e XVI.

⁽²⁾ PEREIRA, p. 15.

⁽³⁾ VITERBO, 1904, p. 38.

Pelo século XVI o mercado das grandes cidades do litoral está inundado por produtos exóticos mas a importação de têxteis dos países europeus não diminuiu (*).

O crescimento do sector secundário português continua o seu lento caminhar e se não há fase próspera coincidente com o apogeu do império (como alguns querem fazer notar pela legislação promulgada ou pela extensão dos mercados ultramarinos, por exemplo), também aparentemente não assistimos a um retrocesso, tese defendida por outros, que pensam no citado excesso de têxteis orientais no mercado do continente.

A actividade manufactureira persiste, pela sua dimensão, pelas suas características.

Na realidade portuguesa do ramo têxtil que pretendemos abordar, as fases a montante no processo produtivo caracterizam a maioria dos núcleos de produção. O artífice a tempo parcial passará a sê-lo a tempo inteiro e mais qualificado, quando a dimensão e especificidade dos empreendimentos aumentar (*). As tarefas mais complexas na cadeia produtiva continuam a estar, pelo século XVI, dentro da tradição medieval, na mão de minorias étnicas: árabes, judeus e estrangeiros cristãos (fig. 3). Possuidoras de privilégio real, existiam oficinas mouriscas com características didácticas, que formavam disputados artífices (*).

Cada oficina possui os seus mestres, os seus obreiros e os seus moços ou mancebos (†) e pertence, nas principais cidades, a um dos «ofícios embandeirados», sob a protecção de um santo patrono. A bandeira de S. Gonçalo, em Lisboa, que se fazia representar por um homem na «Casa dos 24», congregava os tosadores, vidraceiros, tintureiros, esteireiros e tecelões da capital (*), já então arruados em determinadas áreas da cidade. O conjunto de profissões ligadas à indústria têxtil, sobretudo as mais especializadas, tem em Lisboa, enorme importância, desde muito cedo. Antes da fundação do Hospital de Todos-os-Santos, em 1498, que aglutinará as pequenas unidades até então dispersas, fun-

(* VÍRIATO DA SILVA, citando BEBELO DA SILVA, sobre a Feitoria Portuguesa de Antuérpia (1569-1570), diz terem sido exportados 608 000 réis em moedas, pedrarias e especiarias e importados 740 000 réis, dos quais 420 000 em têxteis (p. 35). Ver, sobre o tema: «Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV» de A. H. DE OLIVEIRA MARQUES in *Ensaio...* (1980, p. 159-193).

(†) Entre a comunidade da primeira geração de cristãos novos de Trás-os-Montes, no início do século XVI, encontramos um tecelão-lavrador e um tecelão-alfaiate em Miranda do Douro e um tecelão-sapateiro em Mogadouro (TAVARES, 1985, p. 407-417).

(*) «...100.000 libras de multa a quem roubar os aprendizes de Lobo Mafamede» (VITERBO, 1902-b, p. 23). Évora Monte dava isenção de fisco a tecelão judeu que aí fosse residir (VASCONCELLOS, p. 135).

(†) TAVARES, I, 1982-a, p. 301.

(*) PEREIRA, p. XXVI.

clonavam dois hospitais vinculados ao sector: o dos tecelões e o dos alfaiates, este último no Largo de S. João da Praça (9).

Dentre os mais procurados e protegidos ofícios, contam-se o do tapeceiro e o do tintureiro, mais representados nas grandes cidades e sempre ligados às comunidades estrangeiras (10). Em 1450 encontramos radicado em Portugal um tapeceiro de origem alemã que aqui exerce o seu ofício. A comunidade árabe da capital conta em 1492, entre os seus membros, tapeceiros habitando a parte do burgo que lhes é destinado (11). Pela segunda metade de quinhentos há notícia de existir um tapeceiro em Olivença e três estabelecimentos em Lisboa, onde são tecidos tapetes, cada um com dois homens, e quatro onde são consertadas as tapeçarias, com seis pessoas. Em fabricantes e consertadores se divide o grémio dos tapeceiros, segundo o seu regimento de 1572 (12).

A cor, nem todos podem usá-la. A *Pragmática* de 1340 legisla já sobre o tema, mas ao longo dos séculos seguintes a impossibilidade social ao seu acesso é largamente ultrapassada pela impossibilidade económica. Do pano grosseiro branco se fazem, até aos fins do século XV, os trajos de luto; na própria corte continuavam a dominar os tecidos lisos (13).

Foram recolhidas, para todo o século XV, 30 referências a tintureiros judeus habitando na capital, contra 8 em Évora, 4 em Santarém, 3 em Coimbra, 2 em Leiria e Moura, 1 em Palmela, em Tomar e em Pinhel (14) — a cor é privilégio da cidade. A comunidade judaica, competindo inicialmente com os árabes, deterá pouco a pouco, a quase exclusividade do ofício.

Nos meados do século XV a tinturaria do pastel é introduzida em Portugal pelo Infante D. Henrique, a quem Afonso V concede o monopólio do estabelecimento de engenhos para a fabricação do produto, e pelas últimas décadas do século seguinte surge um outro ramo da tin-

(9) FONSECA, p. 70.

(10) Caçome, filho de Mafamede Laparo, tapeceiro em Lisboa pelas primeiras décadas do século XV, pede autorização ao rei para se deslocar aos Algarves de «Alem Maar por as tyntas e por as outras coussas que lhe comprem pera seu oficio e que possa levar consigo quando a elle cumprir com as coussas do dito sseu oficio hũu homem quontanto que elles ambos dem por sy fiadores pera hirem e tornarem a estes nossos regnos aos tempos que a elle for asygnado». O privilégio de D. Duarte, de 1434, é confirmado por D. Afonso V em 1450, o que comprovará repetidas visitas ao Norte de África pelo citado tapeceiro a abastecer-se do que necessita (SERRA, p. 53).

(11) VITERBO, 1902-b, p. 13 e 25.

(12) Id., 1920, p. 72-73. MARIA JOSÉ TAVARES nota que não há conhecimento de qualquer judeu dedicado ao fabrico de tapetes. A actividade era exercida nos séculos XIV e XV pela comunidade moura (1982-b, p. 84).

(13) MARQUES, A., 1974, p. 58-59.

(14) TAVARES, II, 1982-a, p. 527-549.

turaria — o do anil. O seu desenvolvimento e importância são notórios em Évora, onde se concentravam oficiais especializados ⁽¹⁵⁾.

Se pelos fins do século XVI, o volume e multiplicidade de proveniências dos produtos têxteis importados aumentam cada vez mais, o estágio de desenvolvimento dos núcleos portugueses de indústria em relação com os mercados abrangidos é já apreciável (fig. 2). O Regimento dos Offícios de 1572, que muito deve a Duarte Nunes do Leão, vem preceituar em grande parte essa realidade, bem como o Regimento dos Trapeiros do ano seguinte. Padrões de fabrico são estipulados como o é a fiscalização em cadeia desde o cardador à fiadeira, ao tecelão, ao pisoeiro, ao mercador ⁽¹⁶⁾. Pelo citado Regimento dos Panos são introduzidos novos tipos de tecidos que é agora possível fabricar: as baetas, os picotes, os guardaletes e os panos de cordão, até aí importados ⁽¹⁷⁾. A produção doméstica cede cada vez mais o passo à colectiva, com repartição de tarefas ⁽¹⁸⁾, processo que se desenvolverá pelo período filipino, embora cada ramo dos têxteis tenha apresentado características específicas ao longo do seu desenvolvimento nestes dois séculos em Portugal.

O LINHO

A produção do tecido de linho está espalhada por todo o norte e centro de Portugal nos séculos XV e XVI. As condições naturais (solos e clima), a facilidade de transformação e a difusão da planta, desde longa data, fazem com que tenhamos notícia quer do cultivo, quer do aproveitamento do linho em inúmeros núcleos de povoamento. A informação é, porém, e naturalmente, dada em conjunto, pela ubiquidade do fenómeno. «Nas Inquirições de 1220 são raros os casais da coroa em cujos encargos ele [linho] não entra» ⁽¹⁹⁾ — e assim se manteriam as características de repartição geográfica e da produção, nos séculos seguintes. Para além do autoconsumo, a sua importância no pagamento das rendas dará conta do seu peso na «estrutura agro-económica das explorações agrárias» ⁽²⁰⁾.

No núcleo familiar rural, onde grande parte das tarefas finais de transformação estão entregues à mulher, o linho produzido não é de qualidade, quer pelo tipo e tratamento rudimentar da matéria-prima, quer pela não especialização da mão-de-obra ⁽²¹⁾. A estopa, o bragal ou o lenço não podem competir com o que chega de fora. Os mercados do linho nacional terão sempre um âmbito relativamente restrito.

⁽¹⁵⁾ VITERBO, 1902-a, p. 5.

⁽¹⁶⁾ AZEVEDO, p. 411 e A. CASTRO, 1980, p. 183.

⁽¹⁷⁾ PEREIRA, p. 26.

⁽¹⁸⁾ AZEVEDO, p. 411.

⁽¹⁹⁾ FERREIRA, A. cit. GAMA BARROS, p. 6.

⁽²⁰⁾ CASTRO, A., 1965, p. 332.

⁽²¹⁾ Quer o linho mourisco, quer o galego, mais utilizados, eram de má qualidade (Id., *ibid.*, p. 333).

As informações que nos chegam referem-se naturalmente às grandes cidades e vilas do país, como Lisboa ou Santarém (no século XV), ou a grandes centros regionais, como Braga, Guimarães e Lamego (no século XVI), a que se soma um terceiro grupo de pólos centralizadores de áreas ricas de produção: Moncorvo, Góis, Arouca. No Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Santarém concentrar-se-iam os excedentes colectados de áreas mais vastas e aí sofreria o produto maiores transformações na sua fase final com vista ao consumo por um mercado mais exigente (onde a concorrência com o que se importava era grande) e mesmo à exportação (22).

As feiras de Braga, mas sobretudo a Guimarães e a Lamego, acorriam mercadores estrangeiros (em especial espanhóis); delas saíam mercadores portugueses a vender linhos por Espanha, Flandres e Ilhas (23). A tradição da actividade e a posição geográfica, na rede de vias comerciais no Norte do país, fazem destes núcleos importantíssimos pólos regionais da indústria do linho.

Do século XV chega-nos uma única informação — Moncorvo. O linho cânhamo, de excelente qualidade, cultivado no vale da Vilarça onde encontra excepcionais condições naturais, é trabalhado em tão grande quantidade em Torre de Moncorvo que há queixas, em 1439, sobre a insalubridade da água consumida na vila (24). Um dos primeiros casos documentados de poluição industrial em Portugal. Doutras vales propícios ao cultivo temos notícia ao longo do século XVI: o Tejo, o Mondego, o Vouga, o Ceira. «Os solos frescos e ricos são-lhe altamente convenientes» (25). No Sul, uma única informação respeitante ao Algarve e novamente relacionada com a poluição das águas: em Loulé, a Câmara decide em 1560 «...que nenhũa pessoa desta vjla e seu termo alugue linho em nenhũ aguoa sem licença desta Camara pera se ver aguoa omde ha quall alaguar se tras dano ao povo e gados» (26).

Indústria dispersa, a do linho nos séculos XV e XVI parece suprir as necessidades dos mercados nacionais em produção de qualidade inferior e a sua decadência, na segunda metade de quinhentos, no que toca aos mercados regionais do interior do Norte e Centro do país, não nos parece plausível. O linho importado de qualidade superior, como o *lenço* e a *cambráia* vindos do norte da Europa ou o *mudbage* chegado do mundo árabe (27), destinavam-se a classes sociais determinadas, dos centros

(22) Em 1551, encontramos 160 linheiras a trabalhar na capital (OLIVEIRA, p. 16).

(23) Id., *ibid.* Por um documento de 1453, sabemos que Vasco Afonso, escudeiro e recebedor do almoxarifado de Moncorvo, percorria a comarca da Beira a comprar panos de linho para os vender em repetidos anos, nas feiras de Medina, em Castela (J. MARQUES, p. 36). Em 1512 saíram de Guimarães 100 000 varas de pano de linho «pera fora» (SERRÃO, p. 313).

(24) CASTRO, A., 1965, p. 336.

(25) OLIVEIRA, p. 33.

(26) MAGALHÃES, p. 172.

(27) MARQUES, A., 1974, p. 59.

urbanos do litoral. Mas se nestes o número dos compradores e o seu poder de compra aumenta, tornando acessíveis as mercadorias importadas, também sabemos que do Noroeste português, a área de maior cultivo do linho, se exporta ao longo do século XVI para os mercados ultramarinos⁽²⁸⁾. A forte densidade de população neste espaço (o Noroeste) com condições naturais excelentes para a existência de matéria-prima, onde a circulação (terrestre e fluvial) não é difícil, fazem do linho não só o produto duma indústria caseira e difusa, como levam a que ela vença a concorrência da forte importação (fig. 2).

A Lã

Os têxteis de lã são aqueles que se encontram mais espalhados por todo o espaço nacional, e o termos notícia das diversas fases do processo de transformação confirmará o número e importância dos núcleos ligados a esta indústria (fig. 1 e 2).

A repartição regional estende-se numa faixa do interior, desde o norte da Beira Baixa ao Baixo Alentejo. Há particulares incidências ao longo da fronteira (Arronches-Portalegre-Castelo de Vide ou Trancoso-Marialva-Pinhel) e ao longo da Cordilheira Central (Gouveia-Seia-Oliveira do Hospital)⁽²⁹⁾.

Com esta distribuição está fortemente relacionada a circulação dos enormes rebanhos em regime de transumância, cujos percursos unem sintomaticamente «focos de indústria» e pastos de Verão e de Inverno⁽³⁰⁾ (fig. 2). A fronteira política luso-castelhana, largamente permeável à passagem dos gados, é transponível no que toca aos têxteis pelos portos secos⁽³¹⁾, aglomerando-se também estes nas áreas de grande produção (Castelo de Vide-Marvão-Elvas ou Almeida-Alfaiates-Sabugal). Há um único núcleo importante no litoral da Estremadura: a produção dos

(28) CASTRO, R., p. 24.

(29) FARINHA, p. 3-4. A maioria da documentação sobre os têxteis é omissa quanto ao seu tipo e qualidade. A designação genérica de «panos» abrangeria os de lã em especial, podendo contudo também dizer respeito aos de linho e mesmo aos de algodão. A concentração do fabrico de «panos» ao longo dos contrafortes da Serra da Estrela, pelo século XV (fig. 1), explica-se em parte por uma maior quantidade de informação que possuímos para a área: os valores das sisas dos panos pagas pelos judeus do almoxarifado da Guarda, em 1439 (FARINHA, p. 5).

(30) RIBEIRO, 1940-41, p. 267. Por um alvará de 1581, Filipe II regulamenta a deslocação dos pastores da Serra da Estrela para o Campo de Ourique, Alentejo e Idanha (M. JOSÉ TRINDADE, p. 64).

(31) O cargo de «oficial dos panos de Castela» relaciona-se de igual modo com todo o processo. Existem «oficiais» em Monção, Bragança, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Alfaiates, Sabugal, Marvão, Portalegre, Arronches, Elvas e Estremoz, no século XV, coincidindo com as referidas áreas de concentração, quer da indústria, quer das passagens da fronteira (FERREIRA, mapa entre p. 53-54).

têxteis de lã nos coutos do mosteiro, distribui-se por Alcobça, Turquel e Aljubarrota ⁽⁸²⁾ (fig. 1).

A importação/exportação, quer de matéria-prima, quer de produtos manufacturados, varia regionalmente e ao longo do tempo, condicionada aparentemente por factores aleatórios que vão das crises de conjuntura económica à própria moda ⁽⁸³⁾.

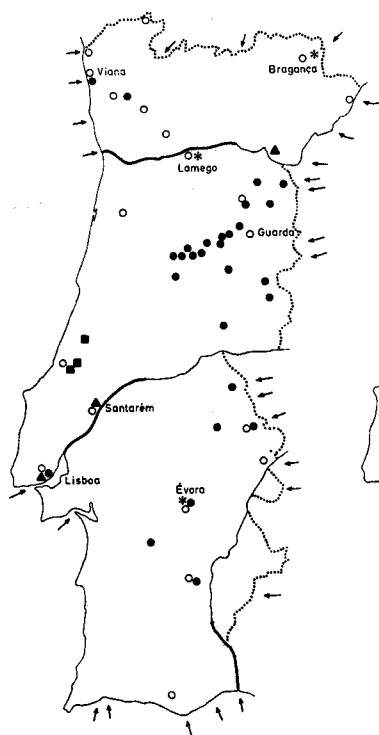


Fig. 1 — A indústria têxtil no século XV.

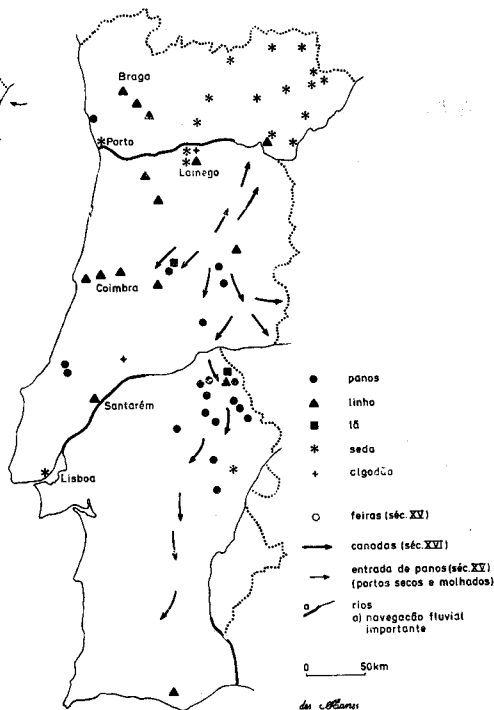


Fig. 2 — A indústria têxtil no século XVI.

Nota — Sendo a designação de «panos» genérica, abrange em especial os de lã. As referências ao «linho», «lã», «seda» e «algodão», contemplam indiscriminadamente qualquer das fases de produção.

⁽⁸²⁾ BARROS, p. 217.

⁽⁸³⁾ Em 1442, por exemplo, D. Afonso V isenta de dízima todas as mercadorias que chegam a Mértola por mar, com excepção dos panos de Castela (FERREIRA, p. 31). O mesmo monarca concede, pelo contrário, isenção do mesmo imposto aos panos de lã ou seda que de Castela, Aragão e Navarra cheguem às feiras de Bragança e Miranda do Douro (J. MARQUES, p. 34). CARO BAROJA, citando MENDES DOS REMÉDIOS, menciona a

A lã é talvez o têxtil com particularidades mais específicas quanto à dimensão e qualidade da produção, à mão-de-obra, à matéria-prima, ao mercado, em cada estágio do processo e em cada região. Há sem dúvida indústria doméstica para pouco mais do que o autoconsumo em vastas áreas, onde a existência de gado lanígero o permite ⁽⁸⁴⁾, mas há também, e sobretudo, núcleos importantíssimos (casos da Covilhã-Fundão ou Portalegre-Castelo de Vide), controladores de conjuntos de

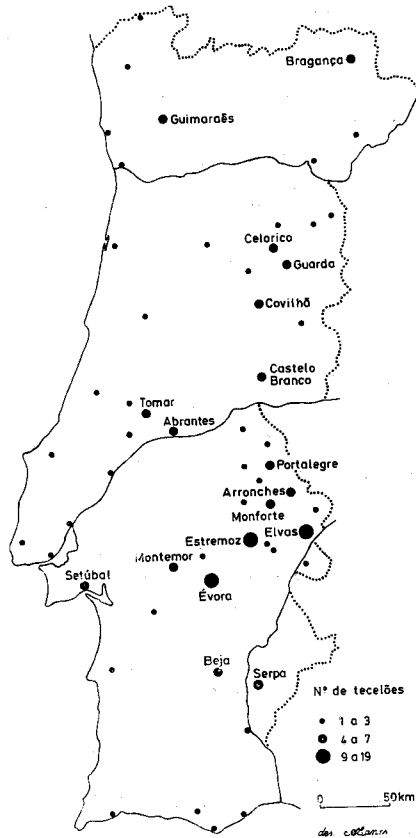


Fig. 3 — Tecelões judeus no século XV
(Fonte: M. J. TAVARES, 1982-a, II,
p. 527-549).

lã importada de Castela e trabalhada na Beira interior (p. 220). As repetidas mudanças na política de protecção são em tudo semelhantes ao acontecido em Castela em meados do século XVI (KLEIN, p. 61).

⁽⁸⁴⁾ Em 1439 há notícia de indústria doméstica de panos de lã em Leiria, por exemplo (BARROS, p. 217).

núcleos de segundo e terceiro níveis que, trabalhando com matéria-prima nacional ou importada, abastecem maiores e mais distantes mercados ⁽⁸⁵⁾.

Elvas, Arronches, Guarda, Trancoso são as grandes feiras do interior onde se abastece em parte o litoral e se vende para Castela. Pelo litoral (pelos seus portos molhados) chegam as muitas variedades de panos de lã, não só de luxo, como também de média e inferior qualidade, que fazem grande concorrência aos da terra ⁽⁸⁶⁾.

Pelo Tejo e pelo Sado, mas especialmente pelos portos marítimos de entre Douro e Minho e da costa do Algarve ⁽⁸⁷⁾, regiões para as quais a informação que temos sobre produção de têxteis é praticamente nula (e onde, por outro lado, a densidade de população é elevada), entrava o grosso da importação, encontrando facilmente amplas áreas onde vencer a concorrência do que se produz localmente ou nos já citados centros do interior. «Os têxteis de lã, abrangendo diversos usos e todos os estratos sociais constituíam a principal motivação, importando-se de inúmeros qualidades e preços» ⁽⁸⁸⁾.

As Ilhas e a África são mercados que se constituem ao longo do século XVI, estimulando a indústria têxtil da lã nacional ⁽⁸⁹⁾. Rapidamente, porém, serão criados novos postos avançados, nos circuitos comerciais do império. Em Safi, por exemplo, fabricam-se *hambels* em tudo semelhantes aos panos do Alentejo, que se trocam juntamente com cavalos e trigo na costa da Guiné por ouro e na Índia por especiarias ⁽⁹⁰⁾. As facilidades na obtenção local da matéria-prima, a existência de mão-de-obra especializada e sobretudo as facilidades nos transportes fazem optar pela mais fácil solução. O pano do Alentejo ou de Vila do Conde será, em muitos casos, só uma designação por semelhança ⁽⁹¹⁾.

⁽⁸⁵⁾ Dos panos da Covilhã fala GIL VICENTE na *Tragicomédia pastoril da Serra da Estrela* (CARO BAROJA, p. 219). Pela alfândega de Marvão entram em 1535: lãs, cardas, sumagre, panos de linho e burel, jueiras, pez, etc., matéria-prima para as unidades de transformação, de Castelo de Vide e Portalegre (FARINHA, p. 6). Sobre as indústrias em Castelo de Vide, ver DIAMANTINO TRINDADE (1973).

⁽⁸⁶⁾ FERREIRA, p. 128.

⁽⁸⁷⁾ Sobre as importações de têxteis no Algarve quinhentista, ver ROMERO MAGALHÃES, p. 172 e 196.

⁽⁸⁸⁾ FERREIRA, p. 7. Os flamengos, franceses, alemães e italianos que chegam com os seus navios a Lisboa ou ao Porto, aí vendem os têxteis directamente ou através das colónias estrangeiras estabelecidas (OLIVEIRA MARQUES, 1980, p. 184). No comércio de panos importados, especialmente no que se refere à sua difusão pelo interior, encontramos também intermediários portugueses. Um capítulo especial da vila de Faro, apresentado às Cortes de Santarém de 1451, informa que o comércio a retalho de panos era feito por naturais do reino, por conta de ingleses, filamentos e outros estrangeiros (J. MARQUES, p. 32).

⁽⁸⁹⁾ FARINHA, p. 7.

⁽⁹⁰⁾ RICARD, p. 105 e VITERBO, 1904, p. 28.

⁽⁹¹⁾ R. RICARD, citando DUARTE PACHECO PEREIRA, transcreve:

A SEDA

«Senhor — Houveste por informação que a principal causa porque o reino de Granada era assim rico, era pela seda que n'elle se criava e lavrava e que achareis que estes vossos reinos são mais naturaes para n'elles criar e lavar seda, como já cria em Lamego e Traz-os-Montes e em outras partes d'essa comarca. E, senhor, mandastes para as comarcas cartas para que todos os vizinhos e moradores d'ellas pozessem vinte pés de amoreiras ou as enxertassem em figueiras para se abrir caminho como se pudesse e haver em abastança as folhas das ditas amoreiras, para criação d'esses bichos, e assim se fazer e lavar muita seda, senhor, não se poz em obra» — assim diz um dos capítulos das Cortes de Coimbra e Évora, de 1472-73 (42).

Dois anos depois, o Duque de Bragança obterá de Afonso V o monopólio do fabrico da seda e a isenção de impostos sobre a matéria-prima importada para os seus teares transmontanos, que se busca no Sul da Península, em Almeria e em Granada. O Duque organiza toda a cadeia produtiva: pessoal especializado chega a Bragança e aos mercados castelhanos são concedidas regalias para a compra das sedas nas terras ducaes (43). É o começo do grande surto deste ramo dos têxteis no Nordeste, que terá um impulso decisivo nos últimos anos do século XV, com a chegada e estabelecimento das comunidades judaicas expulsas de Espanha (44). Primeiro ao longo da fronteira, depois cada vez mais para o interior, esse espaço donde até então escassas notícias tínhamos

«...e d'Arguim leuam panos uermelhos e azuees de baixo preço e lenços grosos e bordatees e mantas de pouca ualia que se fazem em Alentejo, e outras cousas d'esta calidade», e comenta em seguida: «Y aurait-il dans ce passage une confusion entre les *hambels* et les couvertures de l'Alentejo, qui leur ressembaient?» (p. 89).

(42) PEREIRA, p. 14. Ao longo de todo o século XV encontramos várias medidas tendentes a regulamentar, senão a proibir o uso da seda no vestir, o que reflecte a sua procura e a sua utilização como distintivo social. Nas cortes de Santarém, de 1451, são os mouros e judeus os mais atingidos pela proibição e, oito anos depois, nas cortes de Lisboa, é pedido a D. Afonso V que não permita o uso de panos de seda de cor mesmo aos moradores da sua casa. Sabemos ainda de medidas do mesmo tipo para o início da década de 1470 (J. MARQUES, p. 33), em 1487, em 1521 e 1524 (A. N. T. T., *Leis*, Mç. 1, N.º 188, fl. 1-6 v.º), em 1535 (*Repertório Chronológico das leis...*, p. 113). As sucessivas «ordenações», onde o estipulado é cada vez mais complexo e as penas mais diversas, provam não só a não acatção da lei como a difusão do fenómeno.

(43) GAMA BARROS, p. 244 e VITERBO, 1904, p. 11 e 34.

(44) PIMENTEL, p. 73 e FARIA, p. 189. Ver também numerosas referências de M. JOSÉ TAVARES (1982-a, I, p. 300-309; 1982-b, p. 84 e 1985, p. 407-417).

sobre a actividade dos mestreiros, modificar-se-á por completo (⁴⁶) (fig. 1 e 2).

As cortes de Évora de 1481-95 chegarão já as queixas quanto às prepotências dos monopolistas sobre os criadores de casulos e o controlo intenso dos preços de mercado (⁴⁶), mas a «plantação das amoreiras onde o clima das depressões o permitia» (⁴⁷) alastra por toda a comarca e a produção aumentará de modo significativo (⁴⁸). Em 1531 produzem-se em Lamego e no seu termo 50 000 onças de seda (⁴⁹), no mesmo ano em que Bragança pede isenção a D. João II, para vender veludos, tafetás e retoses nas cidades portuguesas. Duas décadas depois enviavam-se para Lisboa entre 3000 e 4000 onças de barbilho para os sirgueiros, 1000 arrátéis de seda branca e 2000 de retrós (⁵⁰).

O escoamento, feito em grande parte pelo Douro, congrega não só a produção transmontana como a da margem esquerda, que tinha em Lamego o seu grande centro polarizador. No Porto concentravam-se os mestres de veludo e sedas (⁵¹), que trabalhavam parte do produto chegado em bruto. O grosso seguia, como deixámos dito, para a capital, por via marítima, com o mesmo objectivo.

A seda nacional nunca deixou de ser de qualidade grosseira, mas a sua decadência com a introdução cada vez maior da seda oriental nos mercados urbanos, ao longo do século XVI, será mais aparente que real. Por um lado, parte da produção (seda semitransformada) exporta-se para Castela e esse mercado manter-se-á; por outro, a seda chega de fora continuava a só ser acessível a um grupo social bastante restrito, que

(⁴⁶) Algo de semelhante sucede na Grã Bretanha, a partir de 1550. As perseguições religiosas espanholas nos Países Baixos fomentam a emigração de Valões e Holandeses para a East Anglia. As comunidades organizam-se em torno da principal actividade exercida no espaço que deixaram — a confecção de têxteis. Esta é agora reconvertida com qualidades distintas de matéria-prima (lã inglesa) e novos mercados. Norwich e Colchester são os pólos centralizadores da nova região industrial onde as *new draperies* são confeccionadas (BAKER, p. 223). Os mercados mediterrâneos — franceses, espanhóis e portugueses — jogam um importante papel no processo, continuando a consumir as qualidades tradicionais dos têxteis ingleses produzidos no Devonshire (concorrenciais das *new draperies*), que assim sobreviverão por mais tempo (COLEMAN, p. 424).

(⁴⁷) PIMENTEL, p. 72. A reacção da Inquisição sobre a comunidade judaica, que rapidamente ganha força, não se faz esperar (ver F. ALVES, v, 1925 e M. JOSÉ TAVARES, 1985).

(⁴⁸) RIBEIRO, 1972, p. 62.

(⁴⁹) A criação do bicho da seda era porém conhecida em toda a comarca. O foral de Mirandela, de 1512, contempla já a matéria (PIMENTEL, p. 76).

(⁵⁰) *Ibid.*

(⁵¹) BASTOS, 1960, p. 191 e 202.

(⁵²) *Ibid.*, p. 204 e VITERBO, 1904, p. 19.

ditava, no entanto, o gosto e a moda. A seda grosseira suprirá esse mercado nacional mais alargado e, pelo fim do século, continuaremos a ter notícia de novos empreendimentos. Teares e tornos chegam de Granada, como também tecedores e tintureiros especializados. Em Lisboa estabelecem-se dois espanhóis, por 1575, a explorar uma fábrica de seda, como as então existentes em Bragança, Vila Viçosa e Porto (82). As cidades do Alentejo com estreita ligação a Castela, nós nas grandes linhas de ligação litoral-interior, são outros locais onde encontramos notícia da seda. Já em 1452, um casal de sevilhanos se havia estabelecido em Évora para fiar a seda (83).

Das minorias estrangeiras ou étnicas continua a depender em grande parte a produção nacional dos têxteis elaborados, no que toca quer ao capital, quer às fases últimas do processo produtivo. A distribuição geográfica do fabrico da seda em Portugal nos séculos XV e XVI terá a ver com o estabelecimento dessas comunidades, mas também com as condições naturais, com a propriedade da terra e os monopólios senhoriais.

O ALGODÃO

No segundo quartel do século XVI, uma nova indústria têxtil ganha pé em Portugal — o algodão (84). A matéria-prima chega-lhe de Cabo Verde e do Brasil e nos centros industriais mais desenvolvidos da Europa busca-se mão-de-obra especializada no tratamento e fabrico do produto.

Em 1537, D. João III concedeu privilégio a Ruy Fernandes para o fabrico de fustões, mytaes e espynetes, em Lamego, sendo intenção deste último chamar da Alemanha oficiais e mulheres especializados na fição à roda «por no reino haver muitos algodões que veem das Ilhas e do Brasil» (85). Tomar será outro núcleo onde parte do produzido em têxteis diz respeito ao algodão, produção controlada pelo Convento de Cristo (86).

A originalidade dos centros de produção algodoeira será a sua localização geográfica, bem no interior do país (fig. 2). Face à chegada de uma matéria-prima por via marítima aos grandes portos da costa

(82) *Ibid.*, p. 41.

(83) *Ibid.*, p. 48.

(84) A planta não era desconhecida em Portugal. Introduzida há muito na faixa litoral do Algarve e nos campos do Mondego, sabia-se da sua importância económica e mesmo medicinal. No *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (1423-1438), dá-se uma curiosa receita «PerA as tetas das mulheres quando paryrem», que recomenda: «Tomem semente d algodom e facam dela po e amasem com vinagre e ponham emprasto sobre as mamas tres dias./ Dem lhe a beuer po de semente d algodom com agoa cada dia pola manhã peso de dez grãos de trigo» (p. 257).

(85) BASTOS, 1950, p. 102 e VITERBO, 1904, p. 11.

(86) *Ibid.*, p. 12.

(Lisboa e Porto), esperaríamos que aí se estabelecessem as unidades de transformação. O algodão em bruto, porém, sobe o Tejo e o Douro. É no grande centro industrial do Norte, Lamego, onde a concentração de capital, mão-de-obra e maquinaria ligados ao sector o permitem, e será em Tomar, também com largas tradições industriais, centro da Ordem de Cristo, controlador em grande parte dos empreendimentos económicos ligados ao império ultramarino, que a indústria do algodão se vai instalar. Os mercados nacionais dos têxteis são conhecidos destes dois centros. O produzido será mais fácil de escoar e atingirá rapidamente o litoral a concorrer com os têxteis tradicionais.

A geografia da indústria têxtil em Portugal, nos séculos xv e xvi (fig. 1 e 2), explica-se e caracteriza-se no seu conjunto, através de algumas ideias que retivemos.

A semelhança de outros aspectos económicos, a produção de têxteis em Portugal, aparece-nos para todo o século xv, como um caso isolado, arcaico e periférico no quadro da indústria europeia e dos circuitos comerciais a longa distância. Isolado pela dimensão e situação no interior do país; arcaico pelas características da mão-de-obra, da maquinaria utilizada, da extensão dos mercados; periférico pela posição geográfica e pelo papel secundário nas linhas de comércio que, partindo dos centros manufactureiros da Flandres e da Europa do norte, atingem as feiras do interior (da Champagne, da Alemanha, do Norte de Itália) e os portos da França, da Biscaia e da Inglaterra. A procura distinta de matéria-prima em Portugal e em Castela (caso da lã), por parte das cidades industriais inglesas ou flamengas, é prova da dimensão do fenómeno dum lado e outro da raia, como o é o volume de têxteis importado pelas fronteiras terrestre e marítima ⁽⁵⁷⁾.

A situação altera-se ao longo do século xvi. A importação de maquinaria e mão-de-obra especializada, o estabelecimento de comunidades estrangeiras (em especial os judeus), quer em áreas de já forte implantação do sector (Alto Alentejo e Beira interior), quer em áreas novas (Trás-os-Montes) (fig. 3), são alguns dos aspectos que se estrema-
mam ⁽⁵⁸⁾.

A melhoria dos meios de transporte e da rede viária tem como consequência a do próprio conhecimento do espaço nacional. Os obstáculos naturais e a distância parecem ter jogado um papel bem menos

⁽⁵⁷⁾ As restrições à exportação da lã por parte de Castela, procurando desenvolver o fabrico nacional, ganham força já em meados do século xv. Em 1442 são promulgadas listas de preços do pano (KLEIN, p. 52).

⁽⁵⁸⁾ «Como en Segovia, como en otras partes, el judio beirano se relaciona con los poseedores de ganado lanar para montar sus industrias predilectas, que aún siguen funcionando en manos de sus descendientes» (CARO BAROJA, p. 219).

importante do que o até agora suposto ⁽⁵⁹⁾. As dificuldades levantadas à circulação por tributos e impostos lançados sobre os produtos em trânsito ⁽⁶⁰⁾, parecem bastante mais graves para o desenvolvimento deste sector de actividade. Mas, apesar da expansão dos mercados e das transformações referidas, a qualidade do têxtil elaborado manter-se-á inferior ⁽⁶¹⁾, quando os centros europeus do norte se especializam cada vez mais rapidamente ⁽⁶²⁾. No conjunto, o autoconsumo continua a deter um lugar primeiro no que toca à lã e ao linho.

Os mercados regionais interiores alargam-se e os das grandes cidades da faixa litoral, agora socialmente mais complexos, aumentam consideravelmente eles próprios ou apresentam-se como trampolim para uma segunda fase que passa pela transformação e/ou exportação do produzido. A abertura dos mercados coloniais jogará aqui um relevante papel: a exportação dos têxteis elaborados, pelos portos do litoral (Viana, Porto, Lisboa), atingirá as Ilhas e a África, ao longo da segunda metade de quinhentos. A dependência e o controlo do crescimento da indústria rural pelos mercados urbanos (caso do linho no Noroeste) será uma realidade cada vez mais forte.

A hierarquia e organização de mercados encontramos-la, mais claramente representada, pela das principais cidades, onde se aglomeram os diferentes officios, também eles mais ou menos especializados. Formam-se assim conjuntos de diferentes níveis. Guimarães, Lamego, Bragança, Portalegre e Évora são grandes centros regionais (do linho, da lã e da

⁽⁵⁹⁾ Um exemplo é o do escoamento dos panos que saem de Freixo de Espada à Cinta para o Porto e mesmo para Coimbra. Nos capítulos especiais da vila de Freixo de Espada à Cinta, apresentados às cortes de Lisboa de 1439, o concelho e os homens bons da dita vila fazem queixa de Martim Afonso «...recebedor no almoxarifado da Torre de Mem Corvo [que] manda aos juizes da dita villa de Freixo que costringam os moradores da dita villa e seu termo que com suas bestas que ham de servidoeem de suas casas vão ao dito lugar da Torre pera lhe levarem vossas carreguas de panos e outras cousas aa cidade do Porto e a Coimbra e outras partes imdo contra nossos privilegios...» (J. MARQUES, p. 44).

⁽⁶⁰⁾ «A produção estava sujeita ao imposto de 10 % de entrada sobre a matéria-prima, ao imposto de 10 % de sisa sobre a venda e, em muitos casos, estes impostos ainda eram sobrecarregados por outros 10 % da décima, sem contar com as portagens dos diferentes concelhos, transportes, etc.» (V. SILVA, p. 47).

⁽⁶¹⁾ O mesmo sucedendo com os têxteis de Castela. O pano grosseiro, produzido pelos fins do século XV, destina-se sobretudo ao mercado interno (GARCÍA DE CORTÁZAR, p. 406).

⁽⁶²⁾ Será o desenvolvimento dos processos finais na produção dos têxteis, ocorrido nos centros industriais europeus, em especial na Inglaterra, nos últimos quartéis do século XVI (NEF, p. 21), que a indústria têxtil peninsular não acompanha. A distância entre uns e outra é agora ainda maior.

seda), com importantes feiras (fig. 1), onde exercem o seu ofício, para além dos tecelões, alguns tintureiros e tapeceiros, que se concentram, em número muito maior e organizados corporativamente, nas cidades como Lisboa e Porto ⁽⁶³⁾. Aqui é transformado o têxtil que aflui de mais vastas áreas do país, redistribuindo-se pelo mercado urbano ou saindo para ser consumido mais longe.

A concentração e/ou controlo cada vez mais forte nas cidades da actividade dos mesterais implica finalmente um outro fenómeno no espaço português, à semelhança do que vinha acontecendo na Europa: a regionalização da indústria ⁽⁶⁴⁾. A seda de Trás-os-Montes, a lã da Serra da Estrela ou do Alto Alentejo, o linho de Entre Douro e Minho tornam-se, ao longo de quinhentos, designações que correspondem a realidades geográficas que se fortalecerão nos séculos seguintes.

JOÃO CARLOS GARCIA

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, FRANCISCO MANUEL — *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança*, v, Bragança, 1925, 212 p.
- AZEVEDO, J. LÚCIO DE — *Épocas de Portugal económico*, Lisboa, Clássica Ed., 1973, 504 p.
- BAKER, ALAN — «Changes in the later Middle Ages» in *A New Historical Geography of England before 1600* (ed. H. C. DARBY), Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1980, p. 186-247.
- BARROS, H. DA GAMA — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed., IX, Lisboa, Sá da Costa, 1950, 554 p.
- BASTOS, CARLOS — *Subsídios para o estudo das origens e evolução da indústria têxtil em Portugal*, Porto, 1950, 144 p.
- *Indústria e arte têxtil*, Porto, 1960, 324 p.
- CARO BAROJA, JÚLIO — *Los Judíos en la España Moderna y Contemporánea*, I, Madrid, Ed. Istmo, 1978, 557 p.
- CARUS-WILSON, E. M. — «Evidences of industrial growth on some fifteenth-century manors», *The Economic History Review*, 2nd ser., XII, 2, 1959, p. 190-205.
- CASTRO, ARMANDO — *Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, III, Lisboa, Portugália, 1965, 450 p.
- *Estudos de história sócio-económica de Portugal*, Porto Limiar, 1980, 271 p.

⁽⁶³⁾ Organização semelhante à que ocorria em Castela: de Osma, Sigenza e Calahorra, centros industriais secundários em relação às concentrações de Zamora, Avila, Sória, Segóvia e Cuenca, os panos fabricados rudimentarmente partiam para acabamentos e a tingir nas povoações navarras e aragonesas, onde se concentravam os ofícios especializados (GARCÍA DE CORTÁZAR, p. 406).

⁽⁶⁴⁾ Como o citado caso da Inglaterra (BAKER, p. 218).

- CASTRO, RODRIGO DE — «O linho em Portugal noutras eras» in *O linho em Portugal — Subsídios para o fomento da sua cultura* (cord. LUÍS QUARTIM GRAÇA), Lisboa, Min. Econ., 1943, p. 15-29.
- COLEMAN, D. C. — «An innovation and its diffusion: the 'New Draperies'», *The Economic History Review*, 2nd ser., XXII, 3, 1969, p. 417-429.
- DUARTE (D.) — *Livro dos conselhos de El-Rei... (Livro da Cartuxa)*: (Transcrição de JOÃO ALVES DIAS), Lisboa, Estampa, 1982, 313 p.
- FARIA, AIDA G. DAS NEVES — *Análise sócio-económica das comunas judaicas portuguesas*, Lisboa, 1963, 202 + 47 p. pol. (Dissert. Licenc. Hist.).
- FARINHA, LUÍS — «Subsídios para a caracterização da indústria têxtil em Portugal nos séculos XV e XVI», *História e Sociedade*, Lisboa, 1, 1978, p. 3-7.
- FERREIRA, ANA PEREIRA — *A importação e o comércio têxtil em Portugal no séc. XV (1385-1481)*, Lisboa, 1972, 240 p. pol. (Dissert. Licenc. Hist.). Id., Lisboa, Imp. Nac., 1983, 167 p.
- FONSECA, CARLOS DA — «Tradição e modernidade na indústria portuguesa» in *A indústria portuguesa. Subsídios para a sua história*, de ESTEVES PEREIRA, Lisboa, Guimarães & C.ª, 1979, p. 10-76.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, JOSÉ ANGEL — «La época medieval» in *Historia de España Alfofara*, 9ª ed., II, Madrid, Alianza, 1983, 570 p.
- KLEIN, JULIUS — *La Mesta. Estudio de la historia economica española 1273-1836*, Madrid, Alianza, 1981, 457 p.
- MAGALHÃES, J. A. ROMERO — *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970, 288 p.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA — *A sociedade medieval portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, 1974, 296 p.
- *Ensaio de história medieval portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Vega, 1980, 237 p.
- MARQUES, JOSÉ — «Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV», Sep. *Bracara Augusta*, Braga, XXXII, 73-74 (85-86), 1978, 54 p.
- NEF, J. U. — «The progress of technology and the growth of large-scale industry in Great Britain, 1540-1640», *The Economic History Review*, v, 1, 1954, p. 3-24.
- OLIVEIRA, ERNESTO *et al.* — *Tecnologia tradicional portuguesa — o linho*, Lisboa, I. N. I. C., 1978, 248 p.
- PEREIRA, J. M. ESTEVES — *A industria portuguesa (séc. XII a XIX)*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1900, 42 p.
- PIMENTEL, JOÃO IGNACIO T. MENEZES — *Sericicultura Portuguesa*, Lisboa, 1902, 376 p.
- Repertório Chronológico das leis, pragmáticas, alvarás (...) extrahido de muitas colecções, e diversos authores*, Lisboa, off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1783, 391 p.
- RIBEIRO, ORLANDO — «Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, VII, 1-2, 1940-1941, p. 213-304.
- «Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes», *Finisterra*, Lisboa, VII, 13, 1972, p. 46-70.

- RICARD, ROBERT — *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, 495 p.
- SERRA, PEDRO CUNHA — «Mouros e mouros», *Anais. Academia Portuguesa da História*, Lisboa, II sér., 29, 1984, p. 45-56.
- SERRÃO, J. VERÍSSIMO — *História de Portugal*, III, Lisboa, Verbo, 1978, 490 p.
- SILVA, VIRIATO ALBERTO DA — *O comércio de Portugal com a Europa (1.ª metade do séc. XVI)*, Lisboa, 1948, 88 p. pol. (Dissert. Licenc. Hist.).
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO — *Os judeus em Portugal no século XV*, 2 vol., Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 1982-a.
 — «Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 9, 1982-b, p. 75-89.
 — «Para o estudo dos judeus de Trás-os-Montes no século XVI: a primeira geração de cristãos novos», *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, IV, 1985, p. 371-417.
- TRINDADE, DIAMANTINO SANCHES — *Castelo de Vide. Subsídios para o estudo da arqueologia medieval*, Lisboa, 1973, 308 p. pol. (Dissert. Licenc. Hist.). Id.: Lisboa, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979.
- TRINDADE, MARIA JOSÉ — *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. Subsídios para a sua história*, Lisboa, 1962, 129 p. pol. (Dissert. Licenc. Hist.). Id.: in *Estudos de História Medieval e outros*, Lisboa, Fac. Letras Lisboa, 1981.
- VASCONCELLOS, J. LEITE DE — *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, IV, Lisboa, Imp. Nac., 1958, 674 p.
- VITERBO, SOUSA — *Algumas achegas para a história da tinturaria em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1902-a, 24 p.
 — *Artes industriaes e industrias portuguezas. Tapeçaria*, Coimbra, Imp. Univ., 1902-b, 52 p.
 — *Artes industriaes e industrias portuguezas. Industrias texteis e congeneres*, Coimbra, Imp. Univ., 1904, 60 p.
 — *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a história das artes e industrias portuguezas*, 2.ª ed., Lisboa, Ferin, 1920, 332 p.